



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 164/2026 - COMPRASGOV N.º 90164/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0860.016837.00058/2025-88
ÓRGÃO CONTRATANTE:	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEASDH
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	[] SIM [X] NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	[X] MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA:	[X] ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	[X] SIM [] NÃO
VALOR ORÇADO:	[X] Valor Estimado [] Valor Máximo Aceitável [] Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	[X] SIM [] NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]

INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	20/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	05/05/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Greice Quele da Silva Braga
DECRETO NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, N°. 14.233 de 27 de Março de 2026.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Aquisição de 01 (UM) veículo automotor tipo caminhonete 4x4**, conforme etapa 2.2 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas..

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Modelo de Proposta de Preços

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

2.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

2.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

3.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

3.4. O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra

pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens **3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).**

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a

assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.

6.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

7. DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III - divulgação do resultado da habilitação;
 - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
 - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI - divulgação do resultado do julgamento; e
 - VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 8.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 8.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 8.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 8.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 8.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 8.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 8.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 8.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 8.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.21.2. empresas brasileiras;
- 8.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 8.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 8.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 8.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 8.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 8.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 8.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 8.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 8.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 8.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 8.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 8.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 8.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 8.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 8.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 8.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 8.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

9.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.5. **Será desclassificada a proposta que:**

9.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

9.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

9.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

9.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

9.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

9.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

9.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

9.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

9.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

9.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

9.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

9.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.14. **DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS**

9.14.1. **Será conforme disposto no ITEM 10 do Termo de Referência no Anexo I deste Edital.**

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

10.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

10.3.1. **Habilitação Jurídica**

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

10.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.3.4. **Qualificação Técnica**

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 22 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

10.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

10.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

- 10.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 10.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 10.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 10.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 10.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 10.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 10.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.
- 10.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.
- 11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.
- 11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
 - II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
 - III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.
- 11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.
- 11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito

que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

12.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

12.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

12.3. A apreciação se dará em fase única; e

12.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

12.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

12.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

12.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

12.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

12.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

12.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

13.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

13.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

13.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

13.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1. **Não** será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

- 15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**
- 15.1. Não se aplica
- 16. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 16.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital .
- 17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**
- 17.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 18. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**
- 18.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 19.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 20. DO TERMO DE CONTRATO**
- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**
- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo II deste Edital.
- 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 22.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.
- 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 23.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
- 23.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
- 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
- 24.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).
- 24.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 24.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
- 24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 24.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
- 24.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a

alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

24.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

24.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

24.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

24.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

24.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Renato da Rocha Silva

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ROCHA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 04/05/2026, às 09:05, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020612229** e o código CRC **283B4D3A**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 54/2026/SEASDH - DIVCOMP

Processo nº 0860.016837.00058/2025-88

1. DO OBJETO E IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente termo, tem por objetivo, a **Aquisição de 01 (UM) veículo automotor tipo caminhonete 4x4**, conforme etapa 2.2 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas.
- 1.2. **Órgão/Entidade Contratante:** SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS (SEASDH)
- 1.3. **Unidade Requisitante:** Assessoria Executiva de Indigenismo e Comunidades Tradicionais (ASSEICT), por meio do Departamento de Captação de Recursos e Gestão de Projetos (DEPCAP).
- 1.4. **Objeto:** Aquisição de **01 (UM) veículo automotor tipo caminhonete 4x4**, cabine dupla, zero quilômetro, para atendimento das necessidades da Assessoria Executiva de Indigenismo e Comunidades Tradicionais (ASSEICT) da SEASDH/AC, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.5. **Fundamentação da Aquisição:** A contratação está fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e no **Plano Anual de Contratações (PAC)** da SEASDH para o exercício de 2025, atendendo ao disposto no **Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021**.
- 1.6. **Destinador:** Senadora Mailza Gomes
- 1.7. **Ministério das Mulheres:** Convênio 916514.
- 1.8. **Beneficiado:** 400 Mulheres indígenas no Estado do Acre, das tribos Arara, Nawas, Jaminawá, Kampa, Manchineri, Huni Kui, Shanenawá, Katukina, Madija e, Yawanawá.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVO DO OBJETO

2.1. Tabela descritiva com as especificações detalhada dos itens.

Item	Descrição	Und	Qtde	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
	<p>O objeto desta contratação consiste na aquisição de 01 (UM) veículo automotor tipo caminhonete 4x4, cor branca, zero quilômetro, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo de Veículo: Caminhonete, cabine dupla, 4 portas, 5 passageiros.• Motorização:<ul style="list-style-type: none">◦ Tipo de Combustível: Diesel.◦ Cilindrada: Mínimo de 2.4 litros.◦ Potência: Mínimo de 160 cavalos (CV).• Transmissão: Manual, 5 marchas ou				

1	<p>superior.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tração: 4x4 com opção de reduzida (4x4 Low) e tração 4x2. • Capacidade de Carga: Mínimo de 600 kg. • Suspensão: Dianteira independente e traseira com eixo rígido e molas semielípticas (feixe de molas), ou sistema equivalente que garanta robustez e capacidade para terrenos adversos. • Itens de Segurança Obrigatórios: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Airbags. ◦ Freios ABS. ◦ Controle Eletrônico de Estabilidade (ESC). ◦ Controle Eletrônico de Tração (TCS). ◦ Cintos de segurança. • Itens de Conforto e Tecnologia: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Ar-condicionado. ◦ Direção assistida (hidráulica ou elétrica). ◦ Vidros elétricos nas 4 portas. ◦ Travas elétricas e alarme. ◦ Sensor de estacionamento traseiro e/ou câmera de ré. • Rodas e Pneus: Rodas de aço ou liga leve, com pneus de uso misto adequados para rodovias e terrenos off-road. • Consumo de Combustível: O veículo deve apresentar classificação "A" ou "B" no PBE (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular) do INMETRO/CONPET. 	Und	1				
---	--	-----	---	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de Fábrica: Mínimo de 1 (um) ano ou superior, a contar da data de entrega definitiva do veículo. • Veículos de Referência: Para fins de padronização do nível de especificações e qualidade, os veículos de referência são: Chevrolet S10, Mitsubishi L200 Triton, Toyota Hilux ou modelos equivalentes que atendam ou superem as especificações acima. 				
VALOR TOTAL					

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição de veículo tipo caminhonete 4x4 é imprescindível para garantir o pleno desempenho das atividades da Assessoria Executiva de Indigenismo e Comunidades Tradicionais (ASSEICT) da SEASDH. As demandas de atuação da ASSEICT envolvem frequentes deslocamentos para áreas remotas, de difícil acesso e com infraestrutura viária precária, onde residem as comunidades indígenas e tradicionais no Estado do Acre.

3.2. A natureza geográfica e topográfica dessas regiões exige um veículo com capacidade robusta de tração, durabilidade e adaptabilidade a terrenos não pavimentados, características que veículos de passeio convencionais não conseguem suprir. A ausência de um veículo adequado compromete a agilidade, a segurança e a eficiência na prestação de serviços essenciais, tais como:

3.2.1. **Acesso e monitoramento:** Visitas regulares às comunidades para acompanhamento de projetos, levantamento de necessidades e fiscalização de políticas públicas;

3.2.2. **Transporte de materiais:** Logística de insumos, equipamentos e auxílios emergenciais;

3.2.3. **Apoio a missões humanitárias/sociais:** Suporte em situações de vulnerabilidade ou emergência que demandem acesso rápido e seguro.

3.3. Portanto, a aquisição visa aprimorar a capacidade operacional da ASSEICT, otimizar a locomoção de equipes e materiais, reduzir riscos operacionais e garantir o atendimento eficaz e contínuo às populações vulneráveis, em consonância com a missão institucional da SEASDH.

3.4. Contextualização no Âmbito do Convênio

3.5. A presente contratação é fundamental e indispensável para a plena execução do objeto do convênio que visa o "Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas na construção de estratégias de enfrentamento às consequências da pandemia do COVID-19".

3.6. O projeto, coordenado pela SEASDH, tem como público-alvo 400 (quatrocentas) mulheres indígenas e abrange 11 (onze) municípios do Estado do Acre (Porto Walter, Feijó, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Santa Rosa do Purus, Jordão, Tarauacá, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Sena Madureira e Brasiléia), além de 14 (quatorze) Terras Indígenas e grupos em contexto urbano.

3.7. Justificativa Logística e Operacional

3.8. A aquisição do veículo constitui uma necessidade logística crítica devido à grande dispersão geográfica das comunidades e à dificuldade de acesso às Terras Indígenas (TIs) participantes do projeto:

3.8.1. **Dificuldade de Acesso:** A localização das TIs em áreas remotas exige um veículo com características específicas. Em grande parte dessas terras, o deslocamento da equipe — que combina trechos terrestres e fluviais — pode levar até 3 (três) dias para alcançar as aldeias.

3.8.2. **Capacidade Todo-Terreno:** A tração 4x4 é essencial para garantir a segurança, a agilidade e a pontualidade da equipe técnica nos deslocamentos por vias não pavimentadas e de difícil trafegabilidade, bem como na coordenação logística de insumos e materiais para as oficinas, especialmente nos municípios que possuem acesso restrito (aéreo ou fluvial).

3.9. Apoio às Metas e Etapas do Projeto

3.10. O veículo está previsto como produto na **Meta 1 – Etapa 1.1** do Plano de Trabalho ("Aquisição de um carro tipo caminhonete 4x4 para apoio à realização das atividades do projeto") e será utilizado ao longo da vigência do convênio (60

meses) para viabilizar:

3.10.1. **Meta 1 – Etapa 1.2 (Mobilização):** 11 (onze) visitas de mobilização e apresentação do projeto nas sedes dos municípios e Terras Indígenas;

3.10.2. **Meta 2 – Etapa 2.2 (Capacitação em Direitos):** 16 (dezesesseis) oficinas sobre Direitos Socioassistenciais em 14 (quatorze) Terras Indígenas e dois bairros urbanos (Brasília e Sena Madureira);

3.10.3. **Meta 2 – Etapa 2.3 (Aprimoramento de Artesanato):** 31 (trinta e uma) oficinas de aprimoramento do artesanato em bijoias e miçangas.

3.11. **Sustentabilidade e Destinação Final**

3.12. A contratação visa também garantir a sustentabilidade das ações após o encerramento do convênio. Ao término do projeto, o veículo será destinado à **SITOAKORE** (Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia). Essa cessão facilitará o acesso da coordenação da organização às comunidades, oferecendo suporte contínuo às mulheres indígenas e apoiando a articulação de futuros projetos.

3.13. Em suma, a aquisição é o meio essencial para superar os desafios logísticos do vasto território acreano, sendo imprescindível para o cumprimento das metas e o sucesso do projeto de fortalecimento das mulheres indígenas.

3.14. **Da Justificativa da cor dos veículos:** A escolha da cor branca como padrão visual da Secretaria fundamenta-se em critérios de identidade institucional, comunicação e simbologia. O branco é universalmente associado à transparência, ética, organização e simplicidade, valores essenciais à atuação da administração pública.

4. **DA JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Conforme o **Art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021**, o parcelamento é a regra para compras, visando ampliar a competição e obter melhores preços. No entanto, o mesmo artigo e seu **§ 2º, inciso III**, permitem o não parcelamento quando houver justificativa técnica e econômica, como inviabilidade técnica, perda de economia de escala, ou ineficiência na gestão de múltiplos contratos.

4.2. No presente caso, a contratação se refere à **aquisição de 01 (UM) único veículo caminhonete 4x4**. Por se tratar de um **bem indivisível em sua essência**, a tentativa de parcelamento seria inviável técnica e economicamente. Não há como dividir a aquisição de um único veículo sem que isso comprometa sua funcionalidade e o objetivo da contratação.

4.3. Adicionalmente, o parcelamento de uma única unidade geraria custos administrativos desproporcionais para a Administração, sem qualquer ganho de escala ou ampliação da competitividade, tornando a gestão contratual ineficiente.

4.4. **Portanto, a não aplicação do parcelamento da contratação se justifica pela indivisibilidade do objeto e pela inviabilidade técnica e econômica de sua divisão.**

5. **DA PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POR CONSÓRCIO**

5.1. **Vedação:** Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do **Art. 15 da Lei nº 14.133/2021**.

5.2. **Justificativa Técnica:** A vedação se justifica pelos seguintes motivos técnicos e econômicos:

5.2.1. **Baixa Complexidade do Objeto:** O objeto da licitação trata-se de fornecimento de bem comum (veículo automotor de linha de produção regular), amplamente disponível no mercado, não exigindo tecnologias complexas ou multidisciplinaridade que justifiquem a união de esforços entre empresas.

5.2.2. **Ampla Competitividade:** Existe um vasto número de empresas individuais (concessionárias e revendedoras) aptas a fornecer o objeto solitariamente, garantindo a competitividade do certame sem a necessidade de formação de consórcios.

5.2.3. **Eficiência Administrativa:** A admissão de consórcios para um objeto de baixa complexidade e valor comparativamente reduzido (aquisição de item único) acarretaria ônus administrativo desproporcional na análise documental de habilitação de múltiplas empresas para um único contrato, ferindo o princípio da eficiência previsto no Art. 37 da Constituição Federal.

5.2.4. **Responsabilidade Única:** A natureza do fornecimento (entrega imediata de bem móvel) favorece a responsabilização direta de um único fornecedor, simplificando a gestão contratual e o acionamento de garantias.

6. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

6.1. A solução estratégica para as necessidades de mobilidade da ASSEICT é a **aquisição definitiva de 01 (UM) veículo caminhonete 4x4 zero quilômetro**. Essa escolha, já justificada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), visa fornecer um ativo duradouro, robusto e com baixo custo de manutenção a longo prazo, considerando todo o seu ciclo de vida.

6.2. O ciclo de vida do veículo contemplará as seguintes fases:

- 6.2.1. **Fase de Planejamento e Especificação:** Detalhamento das características técnicas (motorização, tração, segurança, conforto) necessárias para as operações em terrenos de difícil acesso. Esta fase culmina na elaboração deste Termo de Referência.
- 6.2.2. **Fase de Aquisição:** Condução de processo licitatório transparente e competitivo (Pregão Eletrônico) para selecionar o fornecedor que ofereça o menor preço para o veículo com as especificações exigidas, garantindo a

economicidade e a impessoalidade, conforme o **Art. 12 da Lei nº 14.133/2021**.

- 6.2.3. **Fase de Operação e Uso:** Após a entrega e recebimento definitivo, o veículo será incorporado à frota da SEASDH/ASSEICT. Será submetido a uso intensivo em deslocamentos para comunidades indígenas e tradicionais. A Administração garantirá a **manutenção preventiva regular**, seguindo o plano do fabricante, para otimizar o desempenho, prolongar a vida útil do bem e minimizar custos com reparos corretivos, conforme o **Art. 11, parágrafo único, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021** (que incentiva o planejamento com vistas à manutenção).
- 6.2.4. **Fase de Descarte/Substituição:** Ao final de sua vida útil economicamente viável (considerando obsolescência, custos crescentes de manutenção e desvalorização), o veículo será desativado e substituído por um novo processo de aquisição, seguindo as normativas de descarte de bens públicos e buscando a sustentabilidade.

6.3. A durabilidade, a disponibilidade de peças e assistência técnica na região, bem como a adequação do veículo 4x4 escolhido, são elementos centrais para garantir a sustentabilidade e a eficácia desta solução a longo prazo, minimizando o custo total de propriedade para a Administração.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação para aquisição do **veículo**, descritos neste Termo de Referência, deverá observar os seguintes requisitos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:

7.1.1. Requisitos Legais e de Gestão

7.1.2. **Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:** A contratação deve seguir os requisitos gerais da Lei, incluindo planejamento adequado, edital claro e processo licitatório transparente.

7.1.2.1. **Vedação à Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A empresa contratada deve ser responsável pela execução integral do fornecimento, desde a aquisição dos insumos até a entrega final dos produtos no local indicado e a entrega dos relatórios, conforme o caso, ao órgão contratante.

7.1.2.2. **Garantia de Contrato:** Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme previsto no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, por se tratar de aquisição de bem com entrega imediata/integral, onde o pagamento só ocorre após o recebimento definitivo. No entanto, o contratado poderá ser responsabilizado por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e essa responsabilidade não será excluída nem reduzida pela fiscalização ou pelo acompanhamento do contratante.

7.1.2.3. **Planejamento:** A contratação é precedida de planejamento, que considerou as necessidades da Administração (**necessidade de transporte e deslocamento em terrenos diversos**), as alternativas disponíveis e o mercado, conforme as indicações do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

7.1.2.4. **Transparência e Clareza:** O edital da licitação deverá ser claro, objetivo e impessoal, e deverá conter todas as informações necessárias para o esclarecimento dos licitantes. O processo licitatório deverá ser conduzido de forma transparente.

7.1.2.5. **Composição do Preço:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos relacionados à aquisição do veículo, frete, seguro de transporte, revisão de pré-entrega, tributos (ICMS, IPI, etc.), encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas necessárias à completa execução do objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.

7.1.3. Requisitos Mínimos de Qualidade e Execução

7.1.3.1. **Conformidade e Substituição:** A CONTRATADA deverá entregar o veículo em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, atendendo a todas as condições solicitadas pela CONTRATANTE. Em caso de não conformidade, vícios ocultos, avarias de transporte ou inadequação (ex: veículo com arranhões, itens de série faltantes ou especificações divergentes do TR), a contratada será obrigada a substituir o veículo ou corrigir as falhas rejeitadas pela CONTRATANTE, sem ônus adicional, garantindo a perfeita condição de uso ("zero quilômetro").

7.1.3.2. Obrigações Fiscais e Trabalhistas:

A CONTRATADA deverá pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, incluindo contribuições previdenciárias, fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos e seguros de acidentes de trabalho, sendo excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais decorrentes da inadimplência da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao INSS, assistenciais, securitárias e sindicais de seus funcionários, sendo a única empregadora, sem vínculo de solidariedade empregatícia com a CONTRATANTE.

A CONTRATADA não poderá utilizar trabalho de menores de dezesseis anos, exceto como aprendiz para maiores de quatorze anos, nem de menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.1.3.3. Responsabilidade por Danos:

A CONTRATADA deverá arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos (incluindo transportadoras

terceirizadas) envolvidos na entrega do objeto.

A CONTRATADA deverá responder integralmente por perdas e danos causados à SEASDH ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais.

7.1.3.4. **Entrega e Prazo:**

A CONTRATADA deverá prestar o serviço objeto deste Termo de Referência, obedecendo às quantidades, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega.

A CONTRATADA deverá comunicar antecipadamente a data e o horário da entrega, não sendo aceito produto/serviço em desacordo com as especificações deste Termo.

A CONTRATADA deverá entregar os produtos em perfeito estado, conforme quantidade e especificações da Ordem de Fornecimento, no prazo de **60(sessenta) dias** após o recebimento da ordem emitida pela SEASDH.

7.1.3.5. **Fiscalização e Cooperação:**

A CONTRATADA deverá facilitar a FISCALIZAÇÃO do recebimento do objeto, permitindo a vistoria completa do veículo (interior, motor, chassi, acessórios) e prestando prontamente os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora por irregularidades, imperfeições técnicas, vícios de fabricação (redibitórios) ou material inadequado, inclusive perante terceiros, sem corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7.1.3.6. **Garantia e Correção de Problemas:** Em caso de problemas no veículo dentro do prazo de garantia de fábrica, a Contratada deverá assegurar o atendimento através da rede de assistência técnica autorizada, tomando as devidas providências para a correção das irregularidades identificadas, sob pena de penalidades descritas na Minuta de Contrato.

7.1.3.7. **Alteração de Prazo:** Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá informar imediatamente e por escrito à Secretaria, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

8. **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. **Obrigações e Responsabilidades da Contratada:** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, em conformidade com o **Art. 116 da Lei nº 14.133/2021**:

- 8.1.1. **Entrega e Qualidade:** Entregar o veículo rigorosamente conforme as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta aceita, livre de quaisquer vícios, defeitos, avarias ou inconformidades. Em caso de não conformidade, a Contratada será obrigada a substituir o veículo rejeitado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional, e que esteja de acordo com as boas práticas de fabricação e as normas técnicas pertinentes.
- 8.1.2. **Documentação:** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (em português) e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 8.1.3. **Responsabilidade por Vícios e Danos:** Responsabilizar-se por todos os vícios e danos decorrentes do objeto fornecido e de sua execução, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, de acordo com o **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)** e o **Art. 120 da Lei nº 14.133/2021**. A fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade.
- 8.1.4. **Comunicações e Atendimento:**
 - 8.1.4.1. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, com a devida comprovação para análise de prorrogação.
 - 8.1.4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, sob pena das sanções previstas no **Art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.
 - 8.1.4.3. Comunicar imediatamente e por escrito ao fiscal do contrato qualquer anormalidade verificada na entrega/realização dos produtos/serviços.
- 8.1.5. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade

com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, incluindo a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, as certidões exigidas.

• 8.1.6. **Conformidade Legal e Sustentabilidade:**

- 8.1.6.1. O produto acima identificado deverá obrigatoriamente estar de acordo com as normas legais vigentes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus.
- 8.1.6.2. A Contratada deverá observar, rigorosamente, a regulamentação pertinente à sustentabilidade e preservação ambiental, em especial as Resoluções do CONAMA e Leis federais que dispõem sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores (PROCONVE), como a **Resolução CONAMA nº 18/1986, Lei nº 8.723/1993, Resolução CONAMA nº 433/2011, Resolução CONAMA nº 490/2018 e Resolução CONAMA nº 492/2018.**

• 8.1.7. **Pessoal e Equipamentos:** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

• 8.1.8. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

• 8.1.9. **Vedações:**

- 8.1.9.1. Não subcontratar total ou parcialmente o objeto contratual, conforme o **Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.**
- 8.1.9.2. Não utilizar trabalho de menores de dezesesseis anos, exceto como aprendiz para maiores de quatorze anos, nem de menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.1.9.3. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévio consentimento formal da CONTRATANTE.

• 8.1.10. **Zelo e Manutenção:** A CONTRATADA deverá fornecer itens adequados para não causar danos que comprometam a qualidade do veículo e será responsável por manter pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento durante a garantia.

8.2. **Obrigações e Responsabilidades da Contratante:** São obrigações do Contratante, em conformidade com o **Art. 117 da Lei nº 14.133/2021** :

- 8.2.1. **Exigir o Cumprimento:** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.2.2. **Recebimento:** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.2.3. **Notificação de Não Conformidade:** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas despesas.
- 8.2.4. **Acompanhamento e Fiscalização:** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, conforme **Art. 117, inciso I da Lei nº 14.133/2021** e **Art. 5º do Decreto Estadual nº 11.363/2023.**
- 8.2.5. **Pagamento:** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e neste Termo de Referência.
- 8.2.6. **Sanções:** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e no Contrato em caso de descumprimento.
- 8.2.7. **Respostas a Solicitações:** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo de 1 (um) mês, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme **Art. 136, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.**
- 8.2.8. **Inexistência de Solidariedade:** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

9.1. **Garantia Contratual:** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses (1 anos)** ou pelo prazo fornecido pelo fabricante (ou superior), contado a partir do primeiro dia útil

subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

9.2. **Acionamento da Garantia:** A empresa contratada será acionada durante todo o prazo de garantia para que providencie a assistência técnica necessária.

9.3. **Responsabilidade:** A garantia consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas no **Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**, bem como dos encargos previstos à empresa contratada neste Termo de Referência e no Edital.

9.4. **Atendimento:** O atendimento de garantia será em horário comercial, de segunda à sexta-feira.

9.5. **Independência da Garantia:** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9.6. **Disponibilidade de Rede Credenciada:** É requisito obrigatório a comprovação da disponibilidade de rede de assistência técnica credenciada e/ou oficinas especializadas na realização de serviços de manutenção e garantia para o modelo do veículo ofertado, no município de Rio Branco, Acre, ou em local próximo que não inviabilize o pronto atendimento.

10. DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS

- 10.1. **Não Exigência de Amostra Física:** Devido à natureza e custo do objeto, não será exigida amostra física.
- 10.2. **Apresentação de Prospectos:** Os licitantes deverão encaminhar **folders ou prospectos técnicos** do veículo ofertado, contendo as especificações detalhadas do modelo proposto, no prazo estipulado pelo pregoeiro durante a sessão pública.
- 10.3. **Finalidade:** A apresentação do prospecto não ensejará a desclassificação do licitante, servindo apenas para auxiliar o pregoeiro e a equipe técnica na análise e conferência da conformidade da proposta com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

11. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. **Gestão e Fiscalização** A gestão e a fiscalização da execução contratual serão realizadas conforme o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 5º do Decreto Estadual nº 11.363/2023, observando-se as seguintes atribuições:

11.2.1. **Gestão do Contrato:** Será exercida por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente da SEASDH, responsável pela coordenação e acompanhamento geral das obrigações contratuais, bem como pelos trâmites administrativos.

11.2.2. **Fiscalização do Contrato:** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou equipe técnica designada (Fiscal Técnico e/ou Administrativo) e seus respectivos substitutos. Cabe à fiscalização verificar a conformidade da entrega do bem com as especificações técnicas, prazos e demais condições contratuais.

11.3. **Atribuições e Registros** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. **Responsabilidade da Contratada** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de tais falhas não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Comunicações e Reuniões

11.5.1. **Formalização:** As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) para esse fim.

11.5.2. **Reunião Inicial:** Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa para uma reunião inicial visando a apresentação do plano de fiscalização, alinhamento das estratégias de entrega, esclarecimento sobre o método de aferição dos resultados e sanções aplicáveis.

11.5.3. **Convocação:** O órgão poderá convocar representante da empresa a qualquer tempo para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.6. **Alterações no Cronograma** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato não imputáveis à Contratada, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias registradas mediante simples apostila.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. **Prazo de Pagamento:** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da data da **liquidação da despesa**, que se dará após o recebimento definitivo do veículo (com atesto da Nota Fiscal/Fatura).

12.2. **Atraso no Pagamento:** No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) de correção monetária.

12.3. **Forma de Pagamento:** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4. **Retenções Tributárias:** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, em conformidade com o **Decreto Estadual nº 11.107/2022 do Acre**.

12.5. **Antecipação de Pagamento:** Não haverá antecipação de pagamento em nenhuma hipótese, salvo as exceções previstas no **Art. 145 da Lei nº 14.133/2021** e desde que justificado e garantido.

13. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. **Modalidade da Licitação:** Pregão Eletrônico, conforme **Lei nº 14.133/2021 (Art. 29, inciso II)** e **Decreto Federal nº 10.024/2019**.

13.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, conforme **Art. 34 da Lei nº 14.133/2021** e **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022**.

13.3. **Critérios de Aceitabilidade das Propostas:**

- 13.3.1. **Conformidade:** As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em estrita conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas neste Termo de Referência e no Edital. Propostas que não atenderem a essas condições serão desclassificadas.
- 13.3.2. **Preço Máximo Aceitável:** O valor da proposta não poderá ultrapassar o preço máximo aceitável definido pela Administração com base na pesquisa de preços realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 13.3.3. **Dados da Proposta:** Na proposta de preços deverá constar a marca, modelo e especificações técnicas detalhadas do veículo ofertado, o valor unitário e total em moeda nacional (em algarismo e por extenso), já considerando todos os custos necessários e tributos, conforme item 6.5 deste TR.
- 13.3.4. **Validade da Proposta:** O prazo mínimo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.4. **Habilitação:** Os licitantes deverão apresentar a documentação exigida no Edital para comprovação da:

- 13.4.1. **Habilitação Jurídica:** Incluindo registro comercial, estatuto social, CNPJ.
- 13.4.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:** Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho, conforme **Art. 68 da Lei nº 14.133/2021**.
- 13.4.3. **Habilitação Econômico-Financeira:** Indicadores contábeis e/ou capital social mínimos que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- 13.4.4. **Habilitação Técnica:** Apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante fornecido satisfatoriamente objeto pertinente e compatível em características e porte com o veículo aqui solicitado (ex: fornecimento de caminhonetes). Poderá ser exigida, em diligência, cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) que deram origem ao Atestado. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter nome, endereço e telefone de contato do(s) atestador(es).

13.5. **Tratamento Diferenciado para ME/EPP:** Será aplicado o tratamento diferenciado e simplificado para Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), conforme estabelecido na **Lei Complementar nº 123/2006** e **Art. 4º da Lei nº 14.133/2021**, no que couber, visando fomentar a participação.

13.6. **Reputação do Fabricante:** A avaliação da proposta considerará a reputação do fabricante do veículo em termos de confiabilidade, segurança e suporte pós-venda, embora o critério de julgamento seja o menor preço, a conformidade com as especificações mínimas já reflete esse nível de qualidade.

13.7. **Custo-benefício e Eficiência de Combustível:** A eficiência de combustível é prioritária para minimizar custos operacionais e reduzir a pegada de carbono, sendo exigência de conformidade mínima (item 3.12). A melhor relação custo-benefício será intrínseca à escolha do menor preço que atenda a todas as especificações técnicas exigidas.

14. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. **Valor Estimado:** O valor estimado máximo para a contratação pretendida é de **R\$XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme pesquisa de preços realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

14.2. **Adequação Orçamentária:** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da SEASDH, conforme dados abaixo:

- 14.2.1. **Cód. Órgão / Unidade Executora:** 760.001
- 14.2.2. **Programa de Trabalho:** 1266.0000
- 14.2.3. **Elemento de Despesa:** 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente)
- 14.2.4. **Fonte de Recurso:** 1.665.3110 (Convênio 916514 - Ministério das Mulheres).

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. **Formalização:** Findo o procedimento licitatório, a Administração e a licitante vencedora poderão celebrar o Termo de Contrato ou, caso o valor da contratação se enquadre nos limites do **Art. 95 da Lei nº 14.133/2021** para a dispensa de contrato (licitações de pequeno valor), o instrumento poderá ser substituído por Nota de Empenho, que formalizará para todos os efeitos o ajuste.

15.2. **Prazo para Formalização:** O Termo de Contrato será celebrado em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação regular da licitante vencedora. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração, conforme **Art. 90 da Lei nº 14.133/2021**.

15.3. **Vigência e Eficácia:**

- 15.4. O Termo de Contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita à execução do objeto e à vigência do respectivo crédito orçamentário, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto que extrapolam o referido prazo de vigência, conforme **Art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.
- 15.5. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** no prazo de **20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua assinatura, conforme **Art. 94 da Lei nº 14.133/2021**.

16. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. **Revisão de Preços:** Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser provida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. As condições para revisão são as estabelecidas nos **Art. 131 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. **Fatos Geradores:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como, a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

16.3. **Análise da Contratante:** Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada.

16.4. **Continuidade do Fornecimento:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento do objeto licitado, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

16.5. **Inexistência de Reajuste:** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Não haverá reajuste automático após esse período, considerando a natureza da aquisição de bem singular com entrega única, onde o preço é determinado no momento da contratação e não se espera variação de custos significativa após a entrega. A revisão é a medida aplicável para eventos supervenientes.

17. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

17.1. **Alterações:** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do **Art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, e demais que se fizerem pertinentes, desde que:

- 17.1.1. As alterações contratuais sejam promovidas mediante celebração de termo aditivo e/ou apostilamento contratual, que deverá ser submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica da CONTRATANTE.
- 17.1.2. Nas alterações contratuais unilaterais, sejam observados os limites legais para os acréscimos e supressões (**25% para acréscimos e supressões gerais, 50% para supressões em reformas de edifícios ou equipamentos**), e nas alterações consensuais, os limites para os acréscimos, utilizando-se, em qualquer caso, o valor inicial do contrato.
- 17.1.3. Em qualquer hipótese, não haja modificação da essência do objeto.
- 17.1.4. As alterações sejam precedidas de instrução processual que deverá conter no mínimo: descrição detalhada da alteração, justificativa, hipótese legal e detalhamento dos custos

18. DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ACEITABILIDADE E QUALIDADE DO OBJETO

18.1. Para fins de aceitação da proposta e garantia da qualidade do objeto, serão adotados os seguintes critérios objetivos de julgamento técnico, cuja inobservância ensejará a **desclassificação** da proposta:

18.2. **Conformidade Técnica e Padrão de Qualidade:** O veículo ofertado deverá ser de linha de produção regular,

não sendo aceitos veículos fora de linha, descontinuados ou protótipos. A verificação da qualidade será realizada mediante a análise de catálogos técnicos, manuais do proprietário e fichas técnicas oficiais do fabricante, que deverão comprovar o atendimento integral a todas as especificações descritas na Tabela de Especificações Técnicas (Item 2.1), especialmente quanto à potência, tração, itens de segurança e capacidade de carga.

18.2.1. **Critério de Desclassificação:** Será desclassificada a proposta que ofertar veículo cujas especificações técnicas oficiais do fabricante sejam inferiores aos mínimos exigidos neste Termo de Referência.

18.3. **Eficiência Energética e Sustentabilidade (Etiquetagem PBE):** Como critério objetivo de eficiência e redução de custos operacionais, o veículo ofertado deverá obrigatoriamente possuir Classificação "A" ou "B" na Categoria "Comerciais Leves" ou categoria equivalente do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE) do INMETRO/CONPET vigente.

18.3.1. **Critério de Desclassificação:** A não apresentação da etiqueta ou a comprovação de classificação inferior (C, D ou E) implicará na desclassificação imediata da proposta.

18.4. **Garantia de Assistência Técnica Local (Suporte Pós-Venda):** Considerando a severidade do uso em áreas remotas e a necessidade de manutenção imediata, é requisito indispensável para a aceitabilidade da proposta a comprovação de rede de assistência técnica autorizada.

18.4.1. **Exigência:** A licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, a existência de pelo menos 01 (uma) concessionária autorizada ou oficina credenciada pelo fabricante para realização de revisões e manutenção em garantia, localizada no município de **Rio Branco/AC** (ou num raio máximo de 15km).

18.4.2. **Critério de Desclassificação:** A inexistência de rede autorizada local desclassifica a proposta, visto que inviabiliza a manutenção preventiva e corretiva exigida contratualmente, ferindo o princípio da eficiência.

18.5. **Diligência Técnica:** A Administração reserva-se o direito de realizar diligências, conforme o Art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para verificar a veracidade das informações técnicas apresentadas, podendo solicitar laudos complementares ou consultar sítios oficiais dos fabricantes para atestar a conformidade do veículo ofertado.

18.6. Com isso, garantindo o princípio da economicidade.

19. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1. **Condições para Entrega:** A empresa contratada deverá entregar o objeto em conformidade com as especificações contidas neste Termo e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei no 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

19.1.1. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

19.1.2. No caso de empresa contratada prever atraso na entrega do objeto, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

19.1.3. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista no Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

19.1.4. No ato da entrega, o setor responsável pelo recebimento e aceite dos bens deverá realizar conferência e anuência do objeto contratado.

19.1.5. A cada fornecimento a Contratada deverá emitir recibo em papel timbrado da empresa, especificando a data da entrega, o endereço e o CNPJ do Contratante e a quantidade entregue, sem rasuras.

19.1.6. A Fiscalização do objeto manterá sistematicamente a avaliação quantitativa e qualitativa do andamento do mesmo, inclusive ratificando junto aos fornecedores as aquisições da Contratada.

19.1.7. A aceitação do produto pelo CONTRATANTE somente se convalida pelo “atesto” na nota fiscal/fatura apresentada ao Fiscal do contrato.

19.1.8. O aceite/aprovação do produto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de qualidade do mesmo ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078/90, e a aplicação das sanções prevista na legislação pertinente.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato, em conformidade com o **Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021** e com o **Capítulo IV do Decreto Estadual nº 11.363/2023**.

20.2. Comete infração administrativa o fornecedor que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;

- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.3.1. **Advertência:** Aplicável quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, I, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 55 do Decreto nº 11.363/2023).

20.3.2. **Multa:**

a) **Multa Moratória:** De **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

b) **Multa Compensatória:** De **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial que inviabilize o aproveitamento do bem pela Administração. *Nota: A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em lei.*

20.3.3. **Impedimento de licitar e contratar:** Pelo prazo máximo de 3 (três) anos, aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Acre (Art. 57 do Decreto nº 11.363/2023).

20.3.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicável ao responsável pelas infrações previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 21.2, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 58 do Decreto nº 11.363/2023).

20.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência observará os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do devido processo legal, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório, nos prazos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

21. DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

21.1. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do edital e a obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos;

21.2. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação;

21.3. Não será permitida a alteração da proposta após a sua apresentação;

21.4. Na proposta de preços deverá constar a marca, modelo e especificações técnicas do veículo, o valor unitário e total em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todos os custos necessários, bem como todos os impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação, mesmo que não estejam registrados nestes documentos, não cabendo a SEASDH quaisquer custos adicionais;

21.5. Serão consideradas inaceitáveis e desclassificadas as propostas que não atenderem às condições exigidas neste Termo de Referência e no Edital;

21.6. Ao formular a proposta de preço, as licitantes deverão atentar para que o valor unitário e total do item ofertado seja um número de até duas casas decimais, com isso, evita-se a ocorrência de preços totais inexatos ou com mais de duas casas decimais e dificuldade na emissão da nota de empenho e documentos fiscais;

21.7. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência e do Edital, apresentar o menor preço para o item do objeto da licitação;

21.8. A proposta deverá ser emitida em papel que identifique a licitante contendo o CNPJ da licitante e as seguintes informações:

- a) Razão Social;
- b) Telefone de contato e e-mail;

- c) Especificações detalhadas do objeto licitado;
- d) Valores unitário e total do item, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
- e) Havendo divergência entre os valores unitários e totais, prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último;
- f) O prazo mínimo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período;
- g) Dados bancários da licitante, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma.

22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

22.2. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

23. DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

23.1. **O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).**

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. *"Não será admitida a subcontratação do objeto principal (fornecimento do veículo), excetuando-se os serviços de transporte/frete até o local de entrega."*

25. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E FORNECIMENTO

25.1. **Prazo de Entrega:** O veículo deverá ser entregue em até **60 (sessenta) dias** contados do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela SEASDH. Este prazo é essencial para atender à urgência e necessidade imediata da ASSEICT, justificando a imposição do prazo e eventual aplicação de sanções em caso de descumprimento.

25.2. **Local de Entrega:** O veículo deverá ser entregue no endereço da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), localizado na **Avenida Nações Unidas, 2.731, Bairro Estação Experimental, Rio Branco/AC, CEP 69918-172**, ou em outro local a ser formalmente indicado pela SEASDH na Ordem de Fornecimento.

25.3. **Horário de Entrega:** As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **07h30min às 14h00min**, mediante agendamento prévio.

25.4. **Condições de Recebimento:**

25.4.1. No ato da entrega, a CONTRATADA deverá informar, por escrito, a data e hora da entrega, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja realizado o recebimento.

25.4.2. O veículo será submetido à vistoria e conferência das especificações técnicas e quantitativos por equipe designada pela CONTRATANTE.

25.4.3. A entrega deverá ser acompanhada do manual do usuário (em português), chave reserva, nota fiscal de venda (em nome do Órgão Contratante), e todos os documentos necessários para o registro e licenciamento do veículo (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, ou comprovante de emissão, ou autorização para emplacamento/licenciamento).

25.4.4. O primeiro emplacamento e licenciamento (IPVA do ano de aquisição, seguro obrigatório – DPVAT se ainda vigente, e taxas) deverão ser obrigatoriamente realizados e pagos pela Contratada, com o veículo entregue **pronto para uso** pela Administração no Estado do Acre. Isso deve estar **incluído no preço ofertado**.

25.5. **Preço e Custos Inclusos:** O preço ofertado pelo licitante deverá ser o valor global do veículo, já contemplando **todos os custos diretos e indiretos**, incluindo, mas não se limitando a: aquisição do veículo, embalagem, transporte (frete), seguro, impostos (IPVA, IPI, ICMS, etc.), taxas, encargos sociais e trabalhistas, licenciamento, emplacamento, PIS, COFINS, e qualquer outra despesa necessária para que o veículo seja entregue em perfeitas condições de uso, no local indicado e pronto para rodar. **Nenhum custo adicional será devido pela SEASDH.**

25.6. **Vigência do Contrato:** A vigência do contrato será adstrita à execução do objeto, ou seja, até a entrega definitiva e recebimento do veículo e cumprimento das obrigações de garantia, respeitada a vigência dos créditos orçamentários, conforme **Art. 105 da Lei nº 14.133/2021**. A garantia do objeto, se superior ao prazo de vigência, subsistirá independentemente do término do contrato.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

- 26.2. A inobservância das presentes especificações técnicas, deste Termo de Referência, implicará a não aceitação parcial ou total do objeto contratado, devendo a empresa contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização;
- 26.3. As licitantes devem observar e fazer observar os mais altos padrões éticos, durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cuja inobservância as sujeitará às sanções previstas na legislação;
- 26.4. A modalidade adotada será do tipo Pregão Eletrônico do tipo de execução menor preço por item;
- 26.5. O gestor e o fiscal do contrato serão indicados no ato da contratação;
- 26.6. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as do Termo de Referência;
- 26.7. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 26.8. A licitação se dará por item. Não haverá parcelamento tendo em vista que se trata de objeto indivisível.

[assinatura eletrônica]

Andreia Guedes de Oliveira

Cargo em Comissão - CAS 6

Assessora Executiva de Indigenismo e Comunidades Tradicionais -
ASSEICT

SEASDH

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E DIREITOS HUMANOS



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA GUEDES DE OLIVEIRA, Cargo Comissionado**, em 24/04/2026, às 12:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020498335** e o código CRC **BFC0C7D6**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 36/2026/SEASDH - DIVCOMP

Unidade Gestora: SEASDH

	CONTRATO Nº ____/2026 DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA _____.
--	---

O _____, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº _____, através da _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____ – bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº. _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, conforme autorização expressa no Decreto nº _____, de ____ de ____ de 201_, publicado no Diário Oficial do Estado nº. _____, pág. ____ de ____ de ____ de 201_, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____ com sede à _____, nº _____, bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado, na cidade _____ celebram o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202_** – _____, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.078/90 e Decreto Estadual nº 11.363/2023, suas alterações e demais normas correlatas, de acordo com o que consta do Processo Nº. _____, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para aquisição de **01 (um) veículo automotor tipo caminhonete 4x4**, visando o fortalecimento da estrutura de mobilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH.

Item	Descrição	Und	Qtde	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
	<p>O objeto desta contratação consiste na aquisição de 01 (UM) veículo automotor tipo caminhonete 4x4, cor branca, zero quilômetro, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo de Veículo: Caminhonete, cabine dupla, 4 portas, 5 passageiros.• Motorização:				

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Tipo de Combustível: Diesel. ○ Cilindrada: Mínimo de 2.4 litros. ○ Potência: Mínimo de 160 cavalos (CV). • Transmissão: Manual, 5 marchas ou superior. • Tração: 4x4 com opção de reduzida (4x4 Low) e tração 4x2. • Capacidade de Carga: Mínimo de 600 kg. • Suspensão: Dianteira independente e traseira com eixo rígido e molas semielípticas (feixe de molas), ou sistema equivalente que garanta robustez e capacidade para terrenos adversos. • Itens de Segurança Obrigatórios: <ul style="list-style-type: none"> ○ Airbags. ○ Freios ABS. ○ Controle Eletrônico de Estabilidade (ESC). ○ Controle Eletrônico de Tração (TCS). ○ Cintos de segurança. • Itens de Conforto e Tecnologia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ar-condicionado. ○ Direção assistida (hidráulica ou elétrica). ○ Vidros elétricos nas 4 portas. ○ Travas elétricas e alarme. ○ Sensor de estacionamento traseiro e/ou câmera de ré. • Rodas e Pneus: Rodas de aço ou 					
1		Und	1	R\$	R\$	

	liga leve, com pneus de uso misto adequados para rodovias e terrenos off-road. • Consumo de Combustível: O veículo deve apresentar classificação "A" ou "B" no PBE (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular) do INMETRO/CONPET. • Garantia de Fábrica: Mínimo de 1 (um) ano ou superior, a contar da data de entrega definitiva do veículo. • Veículos de Referência: Para fins de padronização do nível de especificações e qualidade, os veículos de referência são: Chevrolet S10, Mitsubishi L200 Triton, Toyota Hilux ou modelos equivalentes que atendam ou superem as especificações acima.				
VALOR TOTAL					RS

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total para cumprimento do presente contrato é de _____.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários para a referida contratação estão consignados na Unidade Orçamentária – Programa de Trabalho:

3.2. Unidade Executora: 760.001

Programa de Trabalho: 1266.0000

Elemento de Despesa: 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente)

Fonte de Recurso: 1.665.3110 (Convênio 916514 - Ministério das Mulheres)

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. A vigência do contrato será adstrita à execução do objeto, ou seja, até a entrega definitiva e recebimento do veículo e cumprimento das obrigações de garantia, respeitada a vigência dos créditos orçamentários, conforme **Art. 105 da Lei nº 14.133/2021**. A garantia do objeto, se superior ao prazo de vigência, subsistirá independentemente do término do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. **LOCAL DA ENTREGA:** O veículo deverá ser entregue no endereço da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), localizado na Avenida Nações Unidas, 2.731, Bairro Estação Experimental, Rio Branco/AC, CEP 69918-172, ou em outro local a ser formalmente indicado pela SEASDH na Ordem de Fornecimento. 24.3. **Horário de Entrega:** As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 07h30min às 14h00min, mediante agendamento prévio.

5.2. **PRAZO PARA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO:**

5.3. **Prazo de Entrega:** O veículo deverá ser entregue em até **60 (sessenta) dias** contados do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela SEASDH. Este prazo é

essencial para atender à urgência e necessidade imediata da ASSEICT, justificando a imposição do prazo e eventual aplicação de sanções em caso de descumprimento.

5.4. **Local de Entrega:** O veículo deverá ser entregue no endereço da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), localizado na **Avenida Nações Unidas, 2.731, Bairro Estação Experimental, Rio Branco/AC, CEP 69918-172**, ou em outro local a ser formalmente indicado pela SEASDH na Ordem de Fornecimento.

5.5. **Horário de Entrega:** As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **07h30min às 14h00min**, mediante agendamento prévio.

5.6. **Condições de Recebimento:**

5.6.1. No ato da entrega, a CONTRATADA deverá informar, por escrito, a data e hora da entrega, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja realizado o recebimento.

5.6.2. O veículo será submetido à vistoria e conferência das especificações técnicas e quantitativos por equipe designada pela CONTRATANTE.

5.6.3. A entrega deverá ser acompanhada do manual do usuário (em português), chave reserva, nota fiscal de venda (em nome do Órgão Contratante), e todos os documentos necessários para o registro e licenciamento do veículo (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, ou comprovante de emissão, ou autorização para emplacamento/licenciamento).

5.6.4. O primeiro emplacamento e licenciamento (IPVA do ano de aquisição, seguro obrigatório – DPVAT se ainda vigente, e taxas) deverão ser obrigatoriamente realizados e pagos pela Contratada, com o veículo entregue **pronto para uso** pela Administração no Estado do Acre. Isso deve estar **incluído no preço ofertado**.

5.7. **Preço e Custos Inclusos:** O preço ofertado pelo licitante deverá ser o valor global do veículo, já contemplando **todos os custos diretos e indiretos**, incluindo, mas não se limitando a: aquisição do veículo, embalagem, transporte (frete), seguro, impostos (IPVA, IPI, ICMS, etc.), taxas, encargos sociais e trabalhistas, licenciamento, emplacamento, PIS, COFINS, e qualquer outra despesa necessária para que o veículo seja entregue em perfeitas condições de uso, no local indicado e pronto para rodar. **Nenhum custo adicional será devido pela SEASDH.**

6. CLÁUSULA SEXTA –DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. **Gestão e Fiscalização** A gestão e a fiscalização da execução contratual serão realizadas conforme o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 5º do Decreto Estadual nº 11.363/2023, observando-se as seguintes atribuições:

6.2.1. **Gestão do Contrato:** Será exercida por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente da SEASDH, responsável pela coordenação e acompanhamento geral das obrigações contratuais, bem como pelos trâmites administrativos.

6.2.2. **Fiscalização do Contrato:** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou equipe técnica designada (Fiscal Técnico e/ou Administrativo) e seus respectivos substitutos. Cabe à fiscalização verificar a conformidade da entrega do bem com as especificações técnicas, prazos e demais condições contratuais.

6.3. **Atribuições e Registros** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. **Responsabilidade da Contratada** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de tais falhas não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. **Comunicações e Reuniões**

6.5.1. **Formalização:** As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade,

admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) para esse fim.

6.5.2. **Reunião Inicial:** Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa para uma reunião inicial visando a apresentação do plano de fiscalização, alinhamento das estratégias de entrega, esclarecimento sobre o método de aferição dos resultados e sanções aplicáveis.

6.5.3. **Convocação:** O órgão poderá convocar representante da empresa a qualquer tempo para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. **Alterações no Cronograma** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato não imputáveis à Contratada, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias registradas mediante simples apostila.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA E VALIDADE

7.1. Não será exigido a prestação da garantia contratual prevista no art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Os equipamentos eletrônicos deverão possuir garantia referente a defeitos de fabricação, embalagem ou outros, por período mínimo dentro dos estipulados pelo Código de Defesa do Consumidor e aos termos de garantia do fabricante.

7.3. Para os bens permanentes, o prazo de garantia será de no mínimo 12 meses a contar do recebimento definitivo do mesmo, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC);

7.4. O prazo de garantia de todos os produtos deverá contemplar as normas do Código de Defesa do Consumidor.

7.5. Os produtos material permanente propostos deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DOS VEÍCULOS, SEUS ACESSÓRIOS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. **Garantia Contratual:** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses (1 anos)** ou pelo prazo fornecido pelo fabricante (ou superior), contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

8.2. **Acionamento da Garantia:** A empresa contratada será acionada durante todo o prazo de garantia para que providencie a assistência técnica necessária.

8.3. **Responsabilidade:** A garantia consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas no **Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**, bem como dos encargos previstos à empresa contratada neste Termo de Referência e no Edital.

8.4. **Atendimento:** O atendimento de garantia será em horário comercial, de segunda à sexta-feira.

8.5. **Independência da Garantia:** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8.6. **Disponibilidade de Rede Credenciada:** É requisito obrigatório a comprovação da disponibilidade de rede de assistência técnica credenciada e/ou oficinas especializadas na realização de serviços de manutenção e garantia para o modelo do veículo ofertado, no município de Rio Branco, Acre, ou em local próximo que não inviabilize o pronto atendimento.

9. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. **Prazo de Pagamento:** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da data da **liquidação da despesa**, que se dará após o recebimento definitivo do veículo (com atesto da Nota Fiscal/Fatura).

9.2. **Atraso no Pagamento:** No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)** de correção monetária.

9.3. **Forma de Pagamento:** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4. **Retenções Tributárias:** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, em conformidade com o **Decreto Estadual nº 11.107/2022 do Acre.**

9.5. **Antecipação de Pagamento:** Não haverá antecipação de pagamento em nenhuma hipótese, salvo as exceções previstas no **Art. 145 da Lei nº 14.133/2021** e desde que justificado e garantido.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante, em conformidade com o **Art. 117 da Lei nº 14.133/2021:**

10.1.1. **Exigir o Cumprimento:** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.1.2. **Recebimento:** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.1.3. **Notificação de Não Conformidade:** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas despesas.

10.1.4. **Acompanhamento e Fiscalização:** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, conforme **Art. 117, inciso I da Lei nº 14.133/2021** e **Art. 5º do Decreto Estadual nº 11.363/2023**.

10.1.5. **Pagamento:** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e neste Termo de Referência.

10.1.6. **Sanções:** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e no Contrato em caso de descumprimento.

10.1.7. **Respostas a Solicitações:** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo de 1 (um) mês, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme **Art. 136, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

10.1.8. **Inexistência de Solidariedade:** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.9. **A contratante após receber o objeto da licitação em epígrafe, fica responsabilizada de implementar/instalar nos veículos adquiridos os equipamentos de rastreamento georreferenciado, conforme dispõe no art. 1º do Decreto Estadual nº 8.828/2021.**

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, em conformidade com o **Art. 116 da Lei nº 14.133/2021**:

11.1.1. **Entrega e Qualidade:** Entregar o veículo rigorosamente conforme as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta aceita, livre de quaisquer vícios, defeitos, avarias ou inconformidades. Em caso de não conformidade, a Contratada será obrigada a substituir o veículo rejeitado pela CONTRATANTE, sem ônus adicional, e que esteja de acordo com as boas práticas de fabricação e as normas técnicas pertinentes.

11.1.2. **Documentação:** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (em português) e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

11.1.3. **Responsabilidade por Vícios e Danos:** Responsabilizar-se por todos os vícios e danos decorrentes do objeto fornecido e de sua execução, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, de acordo com o **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)** e o **Art. 120 da Lei nº 14.133/2021**. A fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade.

11.1.4. **Comunicações e Atendimento:**

11.1.4.1. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, com a devida comprovação para análise de prorrogação.

11.1.4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, sob pena das sanções previstas no **Art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.

11.1.4.3. Comunicar imediatamente e por escrito ao fiscal do contrato qualquer anormalidade verificada na entrega/realização dos produtos/serviços.

11.1.5. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, incluindo a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, as certidões exigidas.

11.1.6. **Conformidade Legal e Sustentabilidade:**

11.1.6.1. O produto acima identificado deverá obrigatoriamente estar de acordo com as normas legais vigentes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

11.1.6.2. A Contratada deverá observar, rigorosamente, a regulamentação pertinente à sustentabilidade e preservação ambiental, em especial as Resoluções do CONAMA e Leis federais que dispõem sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores (PROCONVE), como a **Resolução CONAMA nº 18/1986**, **Lei nº 8.723/1993**, **Resolução CONAMA nº 433/2011**, **Resolução CONAMA nº 490/2018** e **Resolução CONAMA nº 492/2018**.

11.1.7. **Pessoal e Equipamentos:** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.8. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

11.1.9. **Vedações:**

11.1.9.1. Não subcontratar total ou parcialmente o objeto contratual, conforme o **Art. 125, da Lei nº 14.133/2021**.

11.1.9.2. Não utilizar trabalho de menores de dezesesseis anos, exceto como aprendiz para maiores de quatorze anos, nem de menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.9.3. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévio consentimento formal da CONTRATANTE.

11.1.10. **Zelo e Manutenção:** A CONTRATADA deverá fornecer itens adequados para não causar danos que comprometam a qualidade do veículo e será responsável por manter pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento durante a garantia.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. 1.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. 1.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. 1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. 1.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

12.5. 1.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. 1.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. 1.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. 1.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. 1.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. 1.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.11. 1.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.12. 1.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.13. 1.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

13.1. Reajuste :

13.2. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Não haverá reajuste automático após esse período, considerando a natureza da aquisição de bem singular com entrega única, onde o preço é determinado no momento da contratação e não se espera variação de custos significativa após a entrega. A revisão é a medida aplicável para eventos supervenientes.

13.3. Revisão:

13.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do **Art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, e demais que se fizerem pertinentes, desde que:

- 13.4.1. As alterações contratuais sejam promovidas mediante celebração de termo aditivo e/ou apostilamento contratual, que deverá ser submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica da CONTRATANTE.
- 13.4.2. Nas alterações contratuais unilaterais, sejam observados os limites legais para os acréscimos e supressões (**25% para acréscimos e supressões gerais, 50% para supressões em reformas de edifícios ou equipamentos**), e nas alterações consensuais, os limites para os acréscimos, utilizando-se, em qualquer caso, o valor inicial do contrato.
- 13.4.3. Em qualquer hipótese, não haja modificação da essência do objeto.
- 13.4.4. As alterações sejam precedidas de instrução processual que deverá conter no mínimo: descrição detalhada da alteração, justificativa, hipótese legal e detalhamento dos custos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Constituem motivo para extinção do contrato:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.2. A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- II - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 60 (sessenta) dias, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

14.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item anterior não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

14.4. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas pertinentes ou outras que a substituam, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, subsidiariamente.	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
---	--

Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023	Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023	Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.
Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023	Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Decreto Estadual nº 5.966/2010	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas nas contratações de bens, prestação de serviços e execução de obras, no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Lei Complementar nº 139/2011	Altera dispositivos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 147/2014	Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS IMPEDIMENTOS

16.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta SEASDH, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

17.2. A inobservância das presentes especificações técnicas, deste Termo de Referência, implicará a não aceitação parcial ou total do objeto contratado, devendo a empresa contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização;

17.3. As licitantes devem observar e fazer observar os mais altos padrões éticos, durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cuja inobservância as sujeitará às sanções previstas na legislação;

17.4. A modalidade adotada será do tipo Pregão Eletrônico do tipo de execução menor preço por item;

17.5. O gestor e o fiscal do contrato serão indicados no ato da contratação;

17.6. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as do Termo de Referência;

17.7. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da

17.8. A licitação se dará por item. Não haverá parcelamento tendo em vista que se trata de objeto indivisível.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato, em conformidade com o **Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021** e com o **Capítulo IV do Decreto Estadual nº 11.363/2023**.

18.2. Comete infração administrativa o fornecedor que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

18.3.1. **Advertência:** Aplicável quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, I, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 55 do Decreto nº 11.363/2023).

18.3.2. **Multa:**

- a) **Multa Moratória:** De **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- b) **Multa Compensatória:** De **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial que inviabilize o aproveitamento do bem pela Administração.
Nota: A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em lei.

18.3.3. **Impedimento de licitar e contratar:** Pelo prazo máximo de 3 (três) anos, aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Acre (Art. 57 do Decreto nº 11.363/2023).

18.3.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicável ao responsável pelas infrações previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 21.2, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 58 do Decreto nº

11.363/2023).

18.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência observará os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do devido processo legal, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório, nos prazos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

19.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

19.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

19.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

19.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

19.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

19.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

19.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

19.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.12. Indenizações e multas.

19.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

19.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

20.1. Não é aplicável a divisão em cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006; e do Decreto 8.538, de 6/10/2015, por se tratar de item único. De todo modo o tratamento diferenciado teria alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do **princípio da padronização**, descrito na alínea “a”, inciso V do Art. 40 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que impõe a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho entre os itens, de maneira uniforme, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA PUBLICAÇÃO

21.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, sendo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, em se tratando de licitação.

21.2. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

O foro para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do Registro de Preços e das contratações dele decorrentes será o da Comarca de Rio Branco/AC, da Justiça Comum Estadual.

23. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

23.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, conforme art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor com suas posteriores alterações e legislação correlata.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

24.1. Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, obedecendo-se ao disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

Rio Branco/AC, __ de _____ de _____.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA CASTRO VIDAL**, Cargo **Comissionado**, em 24/04/2026, às 12:06, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020499758** e o código CRC **5A5C13E1**.

ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa **proposta de preços é de xxx (xxxxxxxx) dias**, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.